

A Educação Financeira na Educação Básica: um novo desafio na formação de professores

Savana da Silva Oliveira¹ | Nina Rosa Stein²

Resumo

A inserção dos sujeitos na sociedade implica, entre muitas responsabilidades, o desenvolvimento de práticas financeiras, pois o modo como as pessoas administram seus recursos, ao longo da vida, é determinado pelos conhecimentos que essas adquirem. Para tanto, os futuros cidadãos precisam apropriar-se de conceitos financeiros básicos e, assim, desenvolver práticas de bom relacionamento e de vivência responsável. O presente estudo almeja, como principal objetivo, refletir sobre a Educação Financeira como temática curricular na Educação Básica e analisar como os professores trabalham com o desenvolvimento da Educação Financeira. Além disso, visa verificar como se dá o preparo dos professores sobre esses novos conceitos, com subsídios teóricos, didáticos e metodológicos, a fim de contribuir na formação dos cidadãos, integralmente preparados para a vida. Para a concretização da pesquisa, elegeu-se, como metodologia, a pesquisa qualitativa de cunho dialético. Elaborou-se instrumento uma entrevista semiestruturada e fez-se uso de uma “rede de conhecimento” com especialistas acerca da temática abordada, dando legitimidade à relevância de a Educação Financeira ser desenvolvida na Educação Básica. Os dados obtidos e analisados, no estudo, levam à conclusão de que o desenvolvimento da Educação Financeira é, de fato, efetivo e produz resultados significativos, uma vez que é pertinente seu desenvolvimento na Educação Básica, visando à formação de cidadãos financeiramente educados, críticos e conscientes diante das “armadilhas do consumo”.

Palavras-chave: Educação Financeira. Educação Básica. Formação de professores. Cidadãos conscientes.

Abstract

The inclusion of the individuals in society means, among many responsibilities, including the development of financial practices, as the way how people manage their resources, over the life, is determined by the knowledge that they acquire. For this reason, the future citizens need to understand basic financial concepts and then, to develop good relationship practices and responsible living. This study aims, as main objective, to reflect about financial education as curricular subject in Basic Education and analyze how teachers work with the development of Financial Education. It also seeks to verify how is the planning of the teachers about these new concepts, with theoretical, didactic and methodological support, in order to contribute to the education of citizens, prepared

¹ Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT - Taquara/RS. savana@dorothea.com.br

² Professora das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT - Taquara/RS. Orientadora do trabalho. ninarosa@faccat.br - <http://lattes.cnpq.br/5413379691011394>

for life. To the achievement of the research, was elected as a methodology, qualitative research with dialectical nature. It was elaborated as instrument a semi structured interview and was used a "network of knowledge" with specialists about the subject approached, giving legitimacy to the relevance of the financial education be developed in basic education. The data obtained and analyzed in the study, lead to the conclusion that the development of financial education is indeed effective and produces significant results, as it is a relevant development in the basic education, aiming at forming financially educated citizens, critics and aware in front of the "traps of consumption."

Keywords: *Financial Education. Basic education. Teacher training. Concerned citizens.*

1 Considerações iniciais

No mundo contemporâneo, impõe-se cada vez mais o fortalecimento do papel da educação, tendo uma função primordial no desenvolvimento do cidadão na sua integralidade. Gradativamente, tem-se percebido a relevância da inserção de conceitos que englobam a Educação Financeira no contexto escolar, pois tal iniciativa auxilia no desenvolvimento do país e de seus habitantes, tornando-os cidadãos conscientes, críticos e responsáveis em relação aos ímpetus e às oportunidades financeiras.

No Brasil, infelizmente, a Educação Financeira não faz parte do universo educativo familiar e, até este momento, do currículo escolar, uma vez que essa prática não é contemplada nas intervenções pedagógicas da maioria dos educadores. O assunto poderia ser explorado com o comprometimento e parceria dos pais e educadores, de modo que as especificidades das fases do desenvolvimento infantil e as particularidades de cada criança fossem respeitadas. Esses conceitos poderiam ser introduzidos, por exemplo, desde a Educação Infantil, percorrendo o Ensino Fundamental e aprimorando-se no Ensino Médio.

Cientes da relevância do equilíbrio financeiro pessoal e coletivo, o Governo Federal, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça (MJ), Ministério da Previdência Social (MPS) e Ministério da Fazenda (MF), além de outras organizações, assinou o Decreto 7.937 (BRASIL, 2010), que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em 22 de dezembro de 2010, fomentando projetos-piloto para a inserção dessa temática na Educação Básica.

Em algumas escolas privadas do Estado do Rio Grande do Sul, especificamente as instituições vinculadas à Rede Sinodal de Educação, já ocorre a alfabetização financeira, o que demanda a formação de professores para a incorporação na bagagem pessoal e de atitudes.

Sendo assim, o trabalho apresentado visa elucidar a importância da Educação Financeira na Educação Básica como um novo desafio para a formação de professores.

Portanto, como delimitação do tema, procura-se conhecer a formação de professores que introduziram os conceitos financeiros em sua prática pedagógica e avaliar até que ponto isso faz parte do seu *background* de conhecimentos.

Com vistas a essa necessidade é que se constitui a problemática motivadora deste trabalho: como os professores que vêm trabalhando com o desenvolvimento de conceitos sobre Educação Financeira são capacitados com subsídios teóricos, didáticos, metodológicos e de competências atitudinais para contribuir na formação de cidadãos

críticos com relação ao consumo consciente, aos riscos e às oportunidades financeiras?

A resposta a essa questão foi buscada no decorrer da pesquisa, no intuito de contribuir para alinhar de novos rumos. De forma mais específica, consideraram-se, ainda, algumas reflexões acerca de como os processos de formação de professores conduzem a construção de uma prática efetiva a partir dos conceitos da Educação Financeira.

O estudo expõe as concepções dos professores sobre a prática pedagógica da Educação Financeira, observando-se que tais subsídios darão mais vida e legitimidade ao trabalho, visto que eles são os agentes fundamentais da análise que se pretende fazer sobre a formação do professor competente para o desenvolvimento da Educação Financeira na Educação Básica.

Sendo assim, considerar as falas dos professores, no sentido de compreender o que pensam e de que forma conduzem sua prática acerca da Educação Financeira e sua formação, tornou-se o eixo pelo qual este trabalho se desenvolveu e se apropriou de sentido e significado.

Logo após, o trabalho mostra uma análise dos dados coletados e, posteriormente, uma discussão sobre os dados analisados.

Por fim, apresenta-se uma proposta de encaminhamento para a Educação Financeira.

2 Educação Financeira

Diante de novos paradigmas instaurados, que organizam a vida em um âmbito global, discorrer sobre a temática da Educação Financeira na Educação Básica possui um caráter inovador, principalmente nesta região do Rio Grande do Sul.

Martins (2004, p. 5) explica a falta de noções mínimas sobre Educação Financeira:

Uma criança [...], durante a educação básica, é obrigada a memorizar nomes e datas de pouca utilidade na vida real. Em pouco tempo tudo, ou quase tudo, é esquecido. Nesses anos, o aluno não estuda noções básicas de comércio, economia, finanças ou impostos. O sistema educacional ignora o assunto 'dinheiro', algo incompreensível, já que a alfabetização financeira é fundamental.

No entanto, para que tais aprendizagens sejam concretizadas, é necessário que os professores tenham, em sua formação, condições mínimas de iniciarem uma alfabetização financeira e que assumam eles próprios a tarefa de agregar em sua formação conhecimentos e aplicação que facilitem o desenvolvimento de práticas financeiras conscientes. O filósofo e matemático grego Pitágoras já afirmava: “Educai as crianças e não será preciso castigar os homens” (OLIVEIRA, 2014³).

A definição para Educação Financeira, de acordo com a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - OCDE (BRASIL, 2005, p. 223), é:

³ As informações extraídas de sites não possuem indicação da página consultada.

[...] o processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos, de maneira que, com informação e recomendação claras, possam desenvolver as habilidades e a confiança necessárias para tomarem decisões fundamentadas e com segurança, melhorando o seu bem-estar financeiro.

A definição é corroborada pelo Banco Central do Brasil, que define a Educação Financeira como

[...] o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros. Com informação, formação e orientação claras, as pessoas adquirem os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos a elas associados e, então, façam escolhas bem embasadas, saibam onde procurar ajuda e adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, a Educação Financeira é um processo que contribui de modo consistente, para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (BACEN, 2012).

No Brasil, de modo geral, a Educação Financeira não faz parte do contexto familiar, tampouco do ambiente escolar. A razão disso pode ser explicada pelo fato de que o Brasil passou por oito mudanças de moeda em 52 anos (1942 e 1994). Conforme recorda D'Aquino (2008), do total, seis aconteceram em um intervalo de vinte anos.

A instabilidade econômica durante anos pode ter resultado no hábito da maioria dos brasileiros de não realizarem um planejamento financeiro futuro. De acordo com Cássia D'Aquino (2008, p. 9), pioneira no estudo da Educação Financeira no Brasil: “Numa economia sufocada pela inflação, qualquer tentativa de planejamento financeiro tinha resultados frágeis e desanimadores”.

Em contrapartida, a população brasileira, carente de conhecimentos, analfabetos financeiramente, é comumente vítima das “armadilhas do consumo”. De acordo com a afirmativa de Domingos (2013, p. 45):

Armadilhas disfarçadas de felicidade nos chegam a todo o momento em forma de empréstimos bancários e prestações a perder de vista que aparentemente se justificam para chegarmos mais rápido ao que desejamos. No entanto, será que o atalho é o melhor caminho?.

A temática da Educação Financeira vem sendo foco de interesse de estudos sob a ótica de diversos campos e vertentes, com base na concepção de que essa prática pode favorecer a formação de indivíduos mais responsáveis financeiramente. O Banco Mundial (2011, *apud* SCARRETTA, 2013) defende que o “analfabetismo financeiro” é um dos gargalos para o crescimento de países como o Brasil.

2.1 Evolução histórica da Educação Financeira

Durante as pesquisas, descobriu-se que existia um movimento muito grande, desde 2007, para disseminar a Educação Financeira nas escolas. Em 10 de setembro de 2009, foi apresentado, pelo deputado Lobbe Neto, no Senado Federal, um Projeto de

Lei, PLC nº 171, que cria a “disciplina Educação Financeira” nos currículos das 5ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O projeto de lei justifica-se pelo fato de que:

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Deve, portanto, estar em consonância com as demandas atuais da sociedade e tratar das questões que interferem na vida dos alunos e com as quais eles se veem confrontados no seu dia-a-dia. Nesse sentido, é fundamental que o tema Educação Financeira seja incorporado aos currículos dos últimos quatro anos do ensino fundamental e do ensino médio (LOBBE NETO, 2009).

O projeto ainda pretendia alterar o artigo 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL 1996), para dispor que o tema de Educação Financeira integrasse o currículo, especificamente da disciplina de Matemática. Após alguns anos de tramitação no Senado, em 19 de setembro de 2013, o Projeto de Lei nº 171/2009 foi rejeitado, pois se esgotou o prazo para a apreciação pelo Plenário.

Consciente da necessidade de promover a Educação Financeira e educar o cidadão brasileiro, em 22 de dezembro de 2010, o Decreto Presidencial nº 7.397 estabeleceu, formalmente, segundo Brasil (2010), a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). De acordo com o Plano Nacional da ENEF (2010), seu principal objetivo é “promover e fomentar a cultura da educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos”.

A Estratégia Nacional é uma proposta política pública de Estado, com o desígnio de promover a Educação Financeira e contribuir para o “fortalecimento da cidadania, para a eficiência e a solidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e para a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores”, de acordo com BACEN (2014).

O programa-piloto da ENEF ocorreu em, aproximadamente, 891 escolas do país, de acordo com as informações do MEC. Assim, 26 mil alunos do Ensino Médio e dois mil professores da rede pública receberam material didático e participaram do projeto. As discussões acerca da Educação Financeira sucederam de forma transversal entre agosto de 2011 a dezembro de 2011, em cinco estados brasileiros (Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins e Distrito Federal).

A avaliação do programa-piloto de Educação Financeira nas escolas de Ensino Médio brasileiras foi positiva, segundo o Ministério da Educação (*apud* Giesteira, 2013): “a experiência apontou resultados significativos no comportamento financeiro dos alunos, como maior proficiência e autonomia financeiras, destacando-se o gasto mais aprimorado e a maior participação nas finanças domiciliares”.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que apresentam função primordial para a Educação Básica, norteando a elaboração da proposta pedagógica, revelam como tema transversal “Trabalho e consumo”, recomendando-se que as intervenções pedagógicas devam ser voltadas para as atividades que englobam o cotidiano dos alunos. Os parâmetros esclarecem que é necessário “criar condições, nas escolas, que permitam

aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania” (BRASIL, 1998, p. 5).

Assim, reforça-se a opinião de abranger a Educação Financeira como facilitadora da concepção da realidade e da inserção do indivíduo na sociedade como agente ativo de transformação do ambiente e consciente dos seus atos e escolhas, agindo com equilíbrio frente às relações de consumo.

2.2 Importância da Educação Financeira

Vive-se em uma sociedade de consumo exacerbado. A necessidade de consumo permeia as distintas classes sociais, fazendo parte da “natureza humana” buscar a satisfação imediata para alcançar todos os desejos e necessidades. D’Aquino (2008) relata que a “maturidade financeira” caracteriza-se pela capacidade de adiar desejos de agora em função de futuros benefícios.

As pessoas são, constantemente, bombardeadas com propagandas, com apelos sedutores, condições tentadoras de pagamentos, empréstimos facilitados, enfim, a sociedade está, a todo instante, testando os níveis de conhecimentos acerca das finanças pessoais. Todavia, a Educação Financeira não faz parte dos conhecimentos adquiridos, ao longo da trajetória acadêmica e/ou pessoal, da maioria das pessoas, e muitas são facilmente atraídas pelas armadilhas do consumo facilitado, resultando em uma situação de endividamento ou inadimplência.

Uma pesquisa nacional, realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Divisão Econômica –, divulgada em 25 de agosto de 2014, sobre o endividamento e inadimplência do consumidor brasileiro, revela que o percentual de famílias com dívidas aumentou em agosto de 2014, alcançando o maior patamar desde julho de 2013. Os dados coletados para a pesquisa ocorrem em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal, com aproximadamente 18.000 consumidores.

Sendo assim, com o aumento das ofertas de financiamentos, empréstimos, facilidades de aprovação de crédito e sem qualquer formação sobre conceitos financeiros, os consumidores estão, cada vez mais, entrelaçados no consumo irresponsável e inconsciente.

Para amenizar essa triste realidade é que a Educação Financeira torna-se tão relevante. Ações concretas para ampliar sua aplicabilidade na Educação Básica brasileira já estão em andamento. Nas escolas públicas, o projeto-piloto de Educação Financeira passa por avaliações e sua ampliação está sendo planejada. Enquanto isso, em algumas escolas privadas, em especial as que estão ligadas à Rede Sinodal de Educação, o projeto já é desenvolvido há um tempo considerável, evidenciando um trabalho preocupado com os assuntos que envolvem as finanças.

A Rede Sinodal de Educação compõe-se, atualmente, de 59 instituições em seis estados brasileiros. São 42 instituições no Rio Grande do Sul, 10 em Santa Catarina, 4 no Paraná e 1 nos estados de Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo. A Rede Sinodal de Educação atende, aproximadamente, a 36.000 alunos em todo o país. Em algumas dessas escolas, a prática da Educação Financeira está incorporada ao fazer pedagógico, transversalmente, na Educação Básica, e já possui uma história com mais de 10 anos de

atuação e resultados satisfatórios.

A Educação Financeira nas Escolas é importante, de acordo com a afirmação divulgada no livro do professor, elaborado pelo CONEF (2013), em parceria com o MEC. Tal temática se justifica porque a Educação Financeira nas escolas pode ser uma estratégia fundamental para ajudar as pessoas a enfrentar os desafios do dia a dia e realizar seus sonhos individuais e coletivos. Discentes e docentes financeiramente educados são mais autônomos em suas finanças e menos suscetíveis a dívidas descontroladas, fraudes e situações comprometedoras que prejudicam não só a sua qualidade de vida como a de outras pessoas. A Educação Financeira desenvolve competências que permitem consumir, poupar e investir de forma responsável e consciente.

Assim, deve-se refletir sobre todos os riscos que são comumente associados à falta de conhecimentos financeiros. Como consequência da falta de conhecimentos sobre finanças, observa-se a ausência de um planejamento financeiro na maioria das famílias brasileiras.

Legitimando essas afirmações, a renomada consultora financeira norte-americana Susanna Stuart, em seu livro, com título original *Start talkingcents: teach your children & teensto manage Money* (Ensine seu filho a cuidar do dinheiro), afirma que há diversas razões pelas quais a Educação Financeira é crucial, destacando que “O ambiente financeiro está mudando tão depressa quanto tudo o mais. Novos produtos, novas tecnologias e novas expectativas continuarão a evoluir, por isso boas habilidades de gerenciamento financeiro são essenciais para a vida (STUART, 2009, p. 143-144).

Dessa forma, a Educação Financeira surge como um mecanismo de apoio e iniciação para que, na vida adulta, os estudantes da Educação Básica venham a lidar bem com o dinheiro. Desempenhando um papel expressivo na formação da cidadania, proporciona aos estudantes uma maior consciência em relação ao consumo.

Contudo, não basta adquirir conhecimentos básicos sobre Educação Financeira, pois é necessário aguçar o senso crítico e pesar os fatos e oportunidades que as relações de consumo oferecem. Ser um cidadão crítico é saber avaliar as oportunidades de consumo, formar sua própria opinião e expor suas ideias, não sendo influenciado pela opinião de outras pessoas, pela mídia ou pelas propagandas apelativas.

É importante salientar que, preparando as novas gerações para fazer uso consciente e crítico do dinheiro e lidando de maneira equilibrada e principalmente responsável com suas finanças pessoais, está-se contribuindo com o desenvolvimento econômico e social. Desse modo, melhora-se também a qualidade de vida de cada cidadão.

Sendo assim, é praticamente unânime a percepção de que são evidentes os ganhos decorrentes da Educação Financeira. Contudo, o que realmente importa é iniciar o processo de aprendizagem dessa “maturidade financeira”, que independe da idade do aprendiz. Isso depende, principalmente, de boa vontade, abertura ao novo e mudanças de hábitos financeiros ingênuos.

3 O Profissional da educação e sua formação

Charlot (2005), usando as palavras de Bourdieu, esclarece que o professor é um

agente social e cultural e acrescenta que ao mesmo tempo em que contribui para a reprodução social, transmite saberes, instrui, educa e forma. Conclui-se, então, que não se pode socializar sem que disso resulte certa forma do humano e do sujeito.

Não se pode desconsiderar o valor da experiência e da formação contínua no sentido de desenvolver uma profissionalização de qualidade. Todavia, é na formação inicial que os futuros professores são instigados a buscar aperfeiçoamento e a refletir sobre sua prática a fim de evoluir como profissional. Portanto, a preocupação em formar professores reflexivos deve ser característica dos processos de formação inicial, os quais objetivarão o ensino, ao mesmo tempo, de atitudes, de hábitos, de métodos e de posturas de reflexão, assim como a criação de ambientes de análise da prática e ambientes de partilha das contribuições sobre a forma como se pensa, decide, comunica e reage em uma sala de aula (PERRENOUD, *apud* SÁ, 2012).

O professor que concebe a sua formação como um processo de busca incansável saberá conduzir a docência no enfrentamento de todas as suas imprevisibilidades, superando os desafios que a educação, na sociedade contemporânea, oferta. São muitos os problemas transversais à escola, como exemplifica Sá (2012, p. 27):

[...] problemas transversais à escola – democracia, cidadania, trabalho e consumo –, dentre outros, sobre as possibilidades que a Matemática Financeira oferece para ajudar na solução de questões atreladas a essas temáticas e também para a construção de uma cidadania crítica. Por exemplo, em relação ao tema ‘consumo’, um professor pode discutir e analisar com seus alunos sobre propagandas enganosas, compras financiadas, cartões de crédito, endividamento, cheques especiais, procurando apontar vantagens e desvantagens para os consumidores sob a luz da Matemática subjacente a todas essas temáticas. Entretanto, para esse tipo de trabalho docente, é necessário haver uma formação de professores adequada e que a Matemática Financeira, com características especiais, seja uma das disciplinas da matriz curricular.

Fica evidente que o professor é o maior agente do processo educacional. Sua função é extremamente importante para a sociedade, e suas obrigações colocam em evidência as competências inerentes ao ofício de mestre.

3.1 O Professor frente ao novo desafio da Educação Financeira

Para oportunizar uma aprendizagem significativa em relação à Educação Financeira, faz-se necessária a qualidade nos processos de ensino e de aprendizagem. Dessa forma, conseqüentemente, o docente precisa buscar, na atualização permanente, uma capacitação cada vez maior para atuar em vista a esse “desafio” da educação.

De acordo com Nóvoa (1992), o professor é a pessoa, e uma parte importante da pessoa é o professor. Sendo assim, como os professores, na maioria, sem formação sobre as questões que envolvem a temática da Educação Financeira, estarão preparados para a função de educar e preparar os estudantes para as eventuais armadilhas do consumo e para uma futura vida financeira equilibrada e responsável? Não se pode ignorar a identidade de professor educador, mas ter claramente as limitações do ofício. Antes de se fazer professor, faz-se ser humano, o que implica uma ação permanente com a

própria vida, tornando-se, então, capaz de agir reflexivamente sobre a vida de outros.

O autor ainda destaca que a formação dos professores não se constrói por “acumulação”, mas sim a partir de um trabalho de flexibilidade crítica sobre as práticas de (re)construção permanente de uma identidade pessoal (NÓVOA, 1992). Corroborando tais pensamentos, Charlot (2005) afirma que a educação supõe uma relação com o outro (ou outros), já que não existe educação sem algo de externo àquilo que se educa. Assim, o docente é, ao mesmo tempo, sujeito (com suas características pessoais), representante da instituição educacional (com direitos e deveres) e também um adulto designado a “transmitir” o seu “patrimônio humano” às jovens gerações, o que o autor considera como uma função antropológica. Todavia, faz-se necessário que o professor não se acomode em uma formação inicial, mas que invista na constante especialização. Para um professor tornar-se um bom professor, ele não deve considerar completa a sua formação no curto espaço de uma vida acadêmica, mas sim apropriar-se das experiências e vivências anteriores e também posteriores à graduação, pois nunca uma formação é acabada. Ela é um processo de vir a ser.

Quando se refere à formação de professores, para o desenvolvimento de práticas que envolvam temáticas a respeito de Educação Financeira, observa-se que tal tema não é parte integrante da grande maioria dos cursos de formação para a profissão docente. De acordo com Carvalho (1999, p. 23),

[...] os professores, sujeitos potenciais da mediação [...] que subsidia essa educação para o consumo, não estão, eles próprios, preparados para a realização dessa função. [...] sem qualquer reflexão para as condições reais de consumo. Dessa maneira, faltam lhes tanto o instrumental matemático para lidar com as situações do cotidiano econômico, quanto informações referentes ao Código de Defesa do Consumidor, bem como uma prática de reflexão que lhes permita avaliar a repercussão da inter-relação desse conhecimento na vida social deles.

Validando a afirmação de que os professores não estão, eles próprios, preparados para a função de desenvolver uma Educação Financeira, os autores Cerbasi e Souza (2012), que possuem experiência prática e acadêmica em finanças, desenvolvem treinamentos, palestras e consultoria em todo o Brasil. Eles afirmam que tal desafio deve ser desenvolvido em parceria com a família, esclarecendo que, tanto os professores, quanto os pais, precisam estar preparados. Os autores defendem que, para que um programa de Educação Financeira funcione com êxito no processo educacional, por melhor estruturado que seja, é necessário haver professores bem preparados no tema. Todavia, as temáticas relacionadas a finanças não são, simplesmente, o mesmo que fazer contas e controlar gastos. Esclarecendo essa ideia, os autores relatam que é preciso “[...] capacitar professores para debater com as crianças assuntos como qualidade de consumo e projetos de longo prazo” (CERBASI; SOUZA, 2012, p. 10).

Sendo assim, é pertinente que educadores, em parceria com a família, tracem caminhos precisos, buscando viabilizar a aprendizagem de aspectos básicos do uso e do controle do dinheiro. Esse conhecimento pode ser uma das aprendizagens mais importantes para o futuro de uma criança, como asseguram Cerbasi e Souza (2012).

Os benefícios da realização de uma prática pedagógica que englobe conceitos de

Educação Financeira são incontestáveis. Assim, cabe ao professor, por vezes, assumir o papel de mediador, praticando a mediação como uma “ponte” para o conhecimento (MEIER; GARCIA, 2007).

Sendo assim, o processo de desenvolvimento das intervenções pedagógicas acerca da Educação Financeira compreende o professor como um mediador que facilita a construção de conhecimentos dos alunos. Constroem-se, com o aprendiz, a compreensão e o aprendizado de conceitos relevantes para a sua formação durante interações entre o professor e o aluno.

4 Rede de conhecimentos: o cenário teórico, didático e metodológico da Educação Financeira na fala dos especialistas

Com base nas definições acerca da temática abordada sobre Educação Financeira, buscou-se analisar a aplicabilidade e o cenário atual no Brasil. A fim de que se pudessem agregar subsídios e enriquecer as reflexões contidas no todo, estabeleceu-se uma comunicação de aprendizagem em rede com quatro especialistas pioneiros na temática de Educação Financeira no Brasil.

Todos os envolvidos são detentores de conhecimentos relevantes e concepções teóricas, didáticas e metodológicas acerca de questões relacionadas à Educação Financeira escolar. Os especialistas manifestaram interesse e disponibilidade para participar dessa rede de aprendizagem. As trocas realizadas por meio da rede de conhecimentos se deram com Cássia D’Aquino, Reinaldo Domingos, Fábio Araujo e Álvaro Modernell.

Cássia D’Aquino (2014), pioneira em Educação Financeira no Brasil e renomada internacionalmente, expõe com clareza que a Educação Financeira não deve ser confundida com o ensino de técnicas ou macetes de bem administrar o dinheiro. A autora também afirma que tampouco a Educação Financeira deve funcionar como um manual de regrinhas moralistas. Ela, que possui um vasto currículo e experiência na temática abordada acredita, em linhas gerais, que o processo de educar as crianças visando lidar com o dinheiro, deve abranger quatro áreas: como ganhar dinheiro, como poupar, como gastar e como doar (tempo, talento e dinheiro)⁴.

De acordo com as afirmações da autora (2014), para criar uma mentalidade apropriada e benéfica em relação ao dinheiro, faz-se imprescindível que a Educação Financeira tenha uma perspectiva de longo prazo, com constante treino e uma dose considerável de persistência.

Em sua obra *Educação Financeira: como educar seu filho* (2008), D’Aquino assegura que os pais exercem o principal papel, quando se refere a educar financeiramente, pois, a partir dos exemplos e da influência, sejam esses positivos ou negativos, causam modelos de comportamentos para as crianças. Nessa obra, a autora também ressalta a relação entre amor e consumo para as famílias, destacando que os excessos de presentes que oferecem a seus filhos evidenciam uma intenção de se sentirem amados, resul-

⁴ A autora tem vários livros publicados, além de artigos e um site com informações acerca da temática (<www.educacaifinanceira.com.br>).

tando em espiral de sofrimento e consumo o que causa o afastamento dos envolvidos.

Em relação à inserção da Educação Financeira nas escolas, D'Aquino (2014) defende que as escolas necessitam se destinar não apenas a ascender conhecimentos financeiros em seus estudantes, mas, sim, avigorar-se, incitando o consumo consciente, o senso crítico como um todo, a fim de que os envolvidos no processo tornem-se adultos mais maduros e conscientes.

Para que se pudesse compreender com mais clareza as percepções de D'Aquino sobre o papel da escola na ação de educar crianças e jovens financeiramente, buscou-se aprofundamento desse ponto específico por meio da rede de conhecimentos. Por meio do programa Skype, D'Aquino explicou que, em primeiro lugar, não se pode perder de vista que a maneira como a criança percebe o dinheiro e as marcas que ela vai levar para a vida adulta são definidas pelos pais e não pela escola, ou seja, a possibilidade de formar uma marca são os pais e depois dos pais, virá a escola (D'AQUINO, 2014).

D'Aquino (2014) afirma que é importante que a escola, quando for trabalhar assuntos relacionados à Educação Financeira, solicite, de alguma maneira, a autorização dos pais, para que esses não se sintam ameaçados nem constrangidos pela escola. A educadora relata que, sem a autorização e sem o consentimento dos pais, os alunos podem se voltar contra a forma como a família os está educando ou contra a forma como os pais administram as finanças. Seria uma “sandice total” criar essa “guerra de braços” com a família, de acordo com a estudiosa no assunto.

Durante essa conversa, via rede de conhecimento, D'Aquino (2014) destacou que o papel da escola, quando se refere à Educação Financeira, tem duas principais funções. A primeira seria despertar o senso crítico em relação ao consumo e em relação ao uso do dinheiro. O segundo papel, que a educadora julga fundamental, é mostrar para os alunos e desenvolver com eles a compreensão de que a maneira como cada um lida com o dinheiro não é um problema apenas seu, ou seja, que existe uma interdependência entre a forma como cada um se relaciona com o dinheiro. Esclarece que por sermos um país com baixa taxa de poupança, que é um dos problemas mais graves do Brasil, se deve pela falta de disciplina dos brasileiros. Isso é um problema que se estende na forma como o país vive sua economia. A educadora ainda explicou que, de acordo com a sua concepção, há uma terceira derivação das atribuições da escola, quando se refere à Educação Financeira, que é ensinar que ficar preocupado em levar a vida apenas para acumular dinheiro, para ter dinheiro, para ser milionário não tem validade. Esse pensamento, segundo D'Aquino (2014), pode ser “desmontado” pela escola, por meio de um trabalho que oriente as novas gerações acerca de que dinheiro não traz tudo que se quer.

Por fim, a autora destacou que, quando se refere a educar financeiramente as crianças e jovens, deve-se olhar com muita honestidade e perceber que há uma “dupla ignorância” entre as famílias e as escolas, que não têm, na maioria, condições e informações suficientes para abrange esse desafio. D'Aquino (2014) afirma que é uma tentação para a escola fazer de conta que sabe, e não ditar para os pais o que eles devem fazer em casa. A escola deve respeitar o limite da família, não ultrapassar o que é pertinente a esta última.

Uma “saída” seria estabelecer uma parceria entre a escola e a família, sem se esquecer dos limites da escola, ou seja, até onde a escola pode contemplar as temáticas

que envolvem Educação Financeira. Sendo assim, a escola necessitará robustecer-se no sentido de conscientizar seus estudantes sobre a pertinência da Educação Financeira, propondo reuniões para que estabeleçam parcerias com os pais, discutam as temáticas relacionadas e, assim, consigam pensar juntos novas estratégias educacionais.

Buscaram-se, também, as concepções de Domingos por meio da rede de conhecimentos. Ele é autor de diversos livros e elaborou a “metodologia DSOP”, que, em linhas gerais, orienta seguir quatro passos básicos: “diagnosticar, sonhar, orçar e poupar”.⁵

Domingos participou da rede de aprendizagem (2012b) estabelecida para a realização desta pesquisa. Quando indagado sobre a sua definição de Educação Financeira, esclareceu que é um tema ligado diretamente ao comportamento, hábitos e costumes. Se conhecer operações matemáticas fosse o suficiente, ninguém seria endividado, pois saberia que não se deve gastar mais do que se ganha. Por isso, a Educação Financeira se faz tão necessária.

Justifica-se, assim, a relevância de o indivíduo educar-se financeiramente, tratando o tema como algo diretamente ligado à criação de hábitos e costumes.

Domingos deixou claro que as pessoas ainda estão “engatinhando” em relação à Educação Financeira no país, acrescentando que, no entanto, importantes iniciativas são tomadas para mudar esse cenário. Destaca o trabalho realizado pela metodologia DSOP, desenvolvida por ele e implementada em mais de 1220 escolas espalhadas por todo o Brasil, tanto públicas quanto particulares, assim como universidades com cursos de extensão e pós-graduação em Educação Financeira.

Quando indagado sobre suas concepções didáticas e metodológicas, Domingos esclareceu seu programa DSOP, destacando que se divide em seis eixos temáticos: Família, Diversidade, Sustentabilidade, Empreendedorismo, Autonomia e Cidadania.

O programa de Educação Financeira, do qual Domingos é fundador, está presente em muitas escolas. Além dos livros didáticos citados por ele, o programa dispõe também de livros paradidáticos, voltados ao público infantil, entre eles: *O menino e o dinheiro*, *O menino, o dinheiro e os três cofrinhos*, *O menino do dinheiro – num mundo sustentável*, entre outros.

Uma questão abordada na rede de conhecimentos estabelecida com o escritor e terapeuta financeiro foi sobre as suas concepções acerca da Estratégia Nacional de Educação Financeira. Domingos afirmou que a ENEF é uma iniciativa importantíssima para o futuro da Educação Financeira no país. Sendo assim, assegura que a maneira como norteia a sua metodologia é fundamental, pois ela desenvolve capacidades cognitivas, afetivas e sociais. Dessa forma, respeita as especificidades de cada faixa etária.

Posteriormente, buscaram-se as concepções de Araujo, autor do livro *Sociedade da Fortuna* (2013), para o segmento Fundamental II e Ensino Médio. Segundo o especialista, a Educação Financeira evoluiu muito no Brasil nos últimos cinco anos. Ele destaca a criação da ENEF, a realização de um projeto-piloto bem sucedido de inserção do tema nas escolas públicas e a criação da Semana Nacional de Educação Financeira, entre ou-

⁵ O autor publica seus materiais e divulga o trabalho que desempenha em um site próprio (www.dsop.com.br), procurando disseminar a Educação Financeira em diversos setores da sociedade, inclusive no âmbito escolar.

tras ações que evidenciam a amplitude e a relevância dada à temática nos dias de hoje. O teórico destaca também que o a oferta de sites, programas de televisão, de rádio e seções de jornais dedicadas ao tema aumentou significativamente nos últimos tempos.

Segundo as percepções de Araujo, é um mito dizer que faltam informações sobre finanças pessoais no Brasil. O desafio no momento é melhorar a qualidade do material produzido e adequá-lo para a realidade de cada segmento que o utilizará.

Um fato pertinente, destacado por Araujo (2013), é *não tratar as crianças como adultos em miniatura*. Para os estudantes de Educação Básica, deve-se falar pouco sobre dinheiro e orçamento. O autor destaca que se deve usar o lúdico, que estimula competências como organização, planejamento, gestão de recursos escassos e criatividade. Essas competências serão a base para, futuramente, trabalhar temas ligados realmente ao tema dinheiro.

Quando indagado sobre o papel do professor na formação de cidadãos críticos e preparados em relação às armadilhas da sociedade de consumo em que se vive, Araujo (2013) destacou que o professor não precisa ser necessariamente da área de matemática para exercer a função de educador financeiro. Para o autor, o professor pode atuar em qualquer área do conhecimento, sendo importante que o professor tenha interesse pelo assunto, utilize aspectos de sua vida pessoal naquilo que ensinará (como fazer orçamento, pesquisar preços), buscar informações sobre o tema em jornais, internet, televisão e ter passado por algum tipo de treinamento sobre o tema, para alinhar com a ação da escola.

Por fim, buscaram-se as concepções de Modernell (2014). Para o autor, a Educação Financeira pode ser definida como um “conjunto amplo de orientações e esclarecimentos sobre posturas, valores e atitudes adequadas no planejamento e uso dos recursos financeiros pessoais”. O autor afirma que Educação Financeira não é apenas para jovens e adultos, pois ela pode e deve ser iniciada na infância, de maneira lúdica, antes mesmo de as crianças chegarem ao Ensino Fundamental. Considera que a Educação Financeira não é um assunto para ser tratado apenas pelas famílias, pois, tratando-se de uma educação para a cidadania, deve ser compartilhada com a escola e também pela sociedade, de um modo geral.

O especialista realça que a Educação Financeira é imprescindível para todas as crianças, indiferente de sua classe social, uma vez que todos precisam aprender a cuidar bem do seu dinheiro. Ele considera que o ensino da Educação Financeira auxilia na organização, no planejamento, na conservação dos bens, nas escolhas, a evitar desperdícios, a respeitar limites e outras atitudes que ajudam a fazer o dinheiro render mais.

O mesmo autor (2014) relata que se preocupa quando escolas oferecem, exclusivamente, uma linha de material didático para as crianças, por vezes iniciada na Educação Infantil, noutras no primeiro ano do Ensino Fundamental, e mantêm a mesma linha de abordagem, de pensamento e de ensino até o 9º ano do Ensino Fundamental ou mesmo até o Ensino Médio. Isso ocasiona, segundo Modernell, o risco de “as crianças assimilarem e acreditarem que aquela é a única forma de pensar ou de lidar com o dinheiro, restringindo-lhes o horizonte”.

O trabalho de Modernell está pautado em uma proposta de trabalho que visa tratar os assuntos ligados à temática da Educação Financeira com “simplicidade, sem

descuidar da necessária profundidade e seriedade que o assunto requer”. O especialista (2014) acredita que a melhor forma de fazer isso é levando o assunto ao público “não especializado” (incluindo os estudantes da Educação Básica) com linguagens simples e com exemplos associados ao cotidiano dos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem.

Quando se refere aos profissionais indicados para o desenvolvimento de práticas relacionadas à Educação Financeira, com alunos da Educação Básica, Modernell (2014) destaca:

O ideal é escolher professores motivados, interessados e que tenham boa comunicação e integração com os alunos. De preferência, a Educação Financeira deve ser abordada de maneira transversal, permeando aulas de matemática, língua portuguesa, história, geografia, educação ambiental, projetos de literatura, empreendedorismo, artes e muitas outras. Cada professor pode aportar a sua parcela de conhecimento, ajudando a criança a tirar suas próprias conclusões e a formar a sua base de conhecimento.

Esclarece, ainda, que, quando se refere ao ensino da Educação Financeira, diferentemente do ensino de “matérias tradicionais”, e a exemplo de outras “matérias relacionadas à cidadania”, o papel do professor deve ser o “de facilitador, de provocador, de indutor de reflexões”. Além disso, afirma que não há como negar a realidade: “nossos professores, na grande maioria, não foram preparados para educar as crianças financeiramente”.

Modernell (2014) garante que o melhor que os professores podem fazer, então, é ajudar os estudantes a explorar a literatura existente sobre as temáticas que englobam a Educação Financeira. Além disso, devem proporcionar experiências e experimentos que despertem o interesse pelo assunto e os façam refletir sobre o quanto a Educação Financeira pode contribuir para que as pessoas conquistem melhor qualidade de vida.

5 A prática da Educação Financeira na fala dos Professores

Ainda que se estudem práticas pedagógicas dos professores para educar financeiramente, identificando-as e considerando a sua relevância perante o cenário educacional, de nada valerão sem que se compreendam as concepções teóricas, didáticas e metodológicas dos professores, bem como suas competências atitudinais que contribuirão na formação de cidadãos críticos com relação ao consumo consciente, aos riscos e às oportunidades financeiras.

Sendo assim, constitui-se esta seção apresentando a metodologia utilizada, ou seja, os caminhos percorridos para a realização do trabalho, bem como a análise dos resultados coletados, em concordância com a metodologia da pesquisa descrita a seguir, segundo a ótica da análise de discurso.

5.1 Caminhos percorridos para a realização do trabalho

A metodologia utilizada neste trabalho constitui-se de uma pesquisa qualitativa, por se entender que a proposta de Educação Financeira, na voz dos professores e especialistas, proporciona uma maior compreensão da proposta apresentada. Isso se concretiza devido à aproximação com os entrevistados, visto que relataram, com mais abrangência, as suas ideias a respeito da temática.

O cunho da presente pesquisa será dialético, tendo o foco principal apoiado no fato de que tudo muda, de que não há verdades absolutas e de que todo conhecimento é uma transformação da realidade.

Assim, para concretizar a coleta de dados e realizar este estudo, elaborou-se como instrumento uma entrevista semiestruturada, que se mostra mais adequada a esta pesquisa, devido ao caráter flexível de tal instrumento.

As questões foram abordadas com doze professores, em pleno exercício da docência, de instituições e localidades distintas. Essas instituições estão ligadas à Rede Sindical de Educação, pertencentes aos municípios de Ivoti, Novo Hamburgo, Porto Alegre e Taquara, no estado do Rio Grande do Sul.

Antecedendo a consecução das entrevistas, buscou-se a autorização da divulgação do nome da Rede de Educação cujo trabalho referente à Educação Financeira é realizado há considerável tempo.

Os entrevistados, a título de preservação de identidade, foram *rebatizados*. Dessa forma, algumas de suas falas poderão ser transcritas sem que a ética profissional seja desrespeitada. Os nomes das escolas nas quais os profissionais exercem suas práticas pedagógicas sobre Educação Financeira também não são divulgados.

5.2 Análise e discussão dos dados coletados

Em uma primeira análise, foi notória a relevância atribuída pelos professores à Educação Financeira, observando o “leque de possibilidades” que se abre a partir dessa temática. Percebe-se que, na fala do professor A, a Educação Financeira é remetida a uma “sementinha”, quando, na realidade, deseja-se que reflita na formação atitudinal do aluno, com vistas à formação de um cidadão consciente.

O professor B aponta a Educação Financeira como “uma inovação”, uma vez que o tema nas escolas não é tão novo, pois, em algumas instituições de ensino, tem-se uma caminhada longa e sólida sobre a temática. A Educação Financeira pode ser um tema inovador (reformador), mas não uma inovação, pois inovação significa “novidade”. Já o professor L aponta a Educação Financeira como uma “ação inovadora na escola”, trazendo sua significação com vistas a tornar os alunos “sujeitos críticos”.

Assim como o professor L, os professores C e G também relatam que o conceito de Educação Financeira desenvolve uma “visão crítica” que amplia a compreensão dos alunos e os coloca em condições de examinar e julgar os obstáculos que encontrarão na “sociedade de consumo”. Os professores H, I e J expressam a mesma concepção sobre Educação Financeira e deixam claro que, a partir dela, os alunos são “preparados para a

vida”, para “situações práticas do dia a dia”. Eles destacam que tal formação prepara o cidadão para as situações cotidianas.

O professor K acrescenta que a Educação Financeira “possibilita que os estudantes percebam como as decisões tomadas podem impactar seu futuro”, remetendo à relevância do hábito do planejamento financeiro que pode ser desenvolvido com os alunos. Observa-se que os professores D e F afirmam que a Educação Financeira é “importantíssima”, pois, para alguns alunos, talvez seja o único lugar em que construirão um conhecimento de conceitos relacionados à Educação Financeira. Já o professor F não deixa evidente sua compreensão sobre a temática e relata que Educação Financeira é “interessante”, justificando que os “alunos aprendem muitas coisas, que não param para refletir”.

Com base nas informações coletadas a respeito da ótica dos entrevistados, destaca-se a preeminência atribuída à Educação Financeira. Em uma leitura geral, evidencia-se que os professores entrevistados consideram que a Educação Financeira pode contribuir para que os estudantes encarem os desafios da sociedade, bem como os orientem para o exercício da cidadania.

O professor L destaca que a Educação Financeira “coloca os alunos como sujeitos críticos perante as armadilhas que encontrarão na sociedade de consumo”. Corroborando com essa afirmativa, Domingos (2013, p. 45) esclarece que, sem conhecimentos financeiros, a população é comumente vítima das “armadilhas do consumo”, explicando que:

Armadilhas disfarçadas de felicidade nos chegam a todo o momento em forma de empréstimos bancários e prestações a perder de vista que aparentemente se justificam para chegarmos mais rápido ao que desejamos. No entanto, será que o atalho é o melhor caminho?.

D’Aquino (2014) legitima esse pensamento e o esclarece. Afirma, assim, que “a sociedade de consumo baseia-se justamente em criar situações na qual os desejos sejam contínuos e jamais, realmente, satisfatórios, para que cada vez mais se vá consumindo”.

O professor G relata que “Educação Financeira prepara os alunos para viver nessa sociedade de consumo que estamos inseridos, com criticidade, sabedoria e conhecimento”. Também os professores L, C, G, H e I explanam sobre o mérito que a Educação Financeira possui para o “preparo do cidadão para a vida”, sendo capaz de formar alunos “sujeitos críticos”. Validando a afirmação, a especialista em Educação Financeira Cássia D’Aquino (2014) destacou, via rede de conhecimento, que a escola tem como função primordial “despertar o senso crítico em relação ao consumo e em relação ao uso do dinheiro”.

Dentre os doze entrevistados, a maioria, ou seja, sete participantes, relataram já haver realizado algum curso ou formação sobre Educação Financeira em parceria entre a Rede Sinodal e uma empresa de previdência privada, que organizava cursos e materiais para a Rede. Na fala do professor “G”, fica evidente o quanto o trabalho na Rede Sinodal busca uma unificação de sentido e troca de experiências:

Participei de cursos promovidos pela instituição que atuo e, também, algumas palestras e capacitações oferecidas pela Rede Sinodal. Considero de extrema importância porque capacitam os professores a desenvolver ações sobre Educação Financeira de maneira significativa, além de trocas de vivências positivas na escola.

Por outro lado, é lamentável que os profissionais, como observado na fala dos professores B e E, atuantes na temática de Educação Financeira, demonstrem não ter formação e conhecimentos suficientes para o desenvolvimento de ações concretas que despertem, no aluno da Educação Básica, condições de torná-lo um cidadão crítico e consciente em relação ao consumo. De acordo com Nóvoa (1992), para estar em formação, precisa-se de um investimento pessoal, visando à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional.

Validando a afirmação sobre a falta de formação da maioria dos profissionais, atuantes no desenvolvimento de práticas que envolvem temáticas a respeito de Educação Financeira, Carvalho (1999, p. 23) elucida que os professores estão

[...] sem qualquer reflexão para as condições reais de consumo. Dessa maneira, faltam-lhes tanto o instrumental matemático para lidar com as situações do cotidiano econômico, quanto informações referentes ao Código de Defesa do Consumidor, bem como uma prática de reflexão que lhes permita avaliar a repercussão da inter-relação desse conhecimento na vida social deles.

Autenticando tal reflexão, Cerbasi e Souza (2012) defendem que, para desenvolver um programa de maneira satisfatória, obtendo-se êxito, faz-se imprescindível haver profissionais bem preparados no tema. Esclarecendo esse pensamento, o autor expõe que é necessário capacitar os professores, pois, se isso não for feito, “corremos o risco de falhar, pois apenas adultos equilibrados poder convencer as crianças que equilíbrio vale a pena” (CERBASI; SOUZA; 2012, p. 10).

Referente aos aspectos e/ou competências atitudinais dos professores entrevistados, nota-se uma oposição no que se refere a deixar explícito quais são e como se aplicam, no seu cotidiano, conceitos relativos à Educação Financeira. Constatam-se duas possibilidades: ou os professores realmente não possuem ações concretas sobre a temática, ou não souberam exemplificar, pois apenas os professores C, I e J relataram atitudes concretas referentes às competências atitudinais.

Como aponta Carvalho (1999), os professores, sujeitos em potencial da mediação que subsidia uma educação para o consumo, não estão, eles próprios, preparados para a realização dessa função. Em apoio a esse pensamento, Cerbasi e Souza (2012) afirmam que apenas adultos equilibrados podem ensinar às crianças de que o equilíbrio vale à pena, avigorando a fala do professor D, que questiona: “como professores que utilizam folhas e mais folhas de papel para secar as mãos conseguirão ensinar os alunos sobre a importância de poupar?”.

Sendo assim, torna-se preeminente que o professor estabeleça possíveis entrelaçamentos entre o seu discurso e a sua prática, internalizando conceitos desenvolvidos acerca da temática que envolve a Educação Financeira. Assim, inicialmente, faz-se necessário que o professor, enquanto agente ativo do desenvolvimento de Educação

Financeira, na Educação Básica, além de internalizá-los, coloque esses conceitos em prática nas suas atitudes pessoais.

6 Considerações finais: uma proposta de encaminhamento para a Educação Financeira

Esta pesquisa caracterizou-se pela inquietação, pela curiosidade e pelo desejo de compreender o que o professor precisa contemplar para que a sua ação educativa possa abarcar este novo desafio, que é a Educação Financeira, e quais concepções teóricas e, principalmente, atitudes dos profissionais envolvidos nesse cenário demonstram o seu envolvimento com os conceitos trabalhados dentro da temática.

Acredita-se que a temática motivadora deste estudo, sobre a relevância da Educação Financeira, ainda seja inovadora na região, visto o trabalho com tempo considerável que vem sendo realizado em outros estados. Mas se sabe que a gama de conhecimentos construídos, a partir da internalização dos conceitos que englobam a Educação Financeira, são benéficos e importantes para a formação de um cidadão crítico em relação ao seu consumo, aos riscos e às oportunidades financeiras. Assim, prepara-se o cidadão para a vida e também para o enfrentamento dos desafios que encontrará na sociedade de consumo em que está inserido.

Ao longo do trabalho, buscou-se o desenvolvimento de um referencial teórico consistente que embasasse a legitimidade da aplicação da Educação Financeira, na Educação Básica. Um aspecto considerável e muito relevante foi a realização da rede de conhecimento com especialistas renomados na temática da pesquisa, não ficando apenas na análise de suas obras literárias e artigos publicados sobre Educação Financeira. Essa ação possibilitou uma aproximação constante entre a pesquisadora e os especialistas e trouxe contribuições substanciais e significativas ao trabalho.

Neste momento, apresenta-se uma compreensão temporária do que se investigou sobre a prática da Educação Financeira na Educação Básica e as concepções dos professores participantes desse processo, sempre partindo de um consistente embasamento teórico, o qual exerceu papel primordial para que o entendimento das práticas e das concepções dos professores fosse permitido.

Esta análise só foi possível graças à valiosa participação dos doze professores que, de forma solícita e colaborativa, prestaram seus depoimentos sobre as ideias que trazem consigo a respeito de sua capacitação e concepção teórica, bem como acerca de suas competências atitudinais e da sua própria trajetória de vida. Observa-se que, durante a análise da fala dos docentes, desvendou-se a realidade percebida nas práticas educativas sobre Educação Financeira, principalmente no que se refere à realidade da compreensão conceitual, por parte dos envolvidos.

Sendo assim, esclareceu-se a afirmativa de Nóvoa (1992) de que o professor é pessoa e a sua parte importante é o professor, a qual se intensificou a indagação: como professores, na maioria, sem formação sobre Educação Financeira, sem a internalização conceitual e sem a adoção de ações concretas de Educação Financeira na sua vida, estarão preparados para ensiná-la?

Cabe ressaltar que o professor é um ser humano e um profissional, tendo em vista a dimensão do seu ofício e a influência que exerce sobre a vida de todos os seus alunos. Ficou evidente que muitos professores envolvidos no processo de desenvolvimento das práticas que englobam a Educação Financeira mostram-se um pouco “confusos” com o conceito do assunto e não conseguem explanar claramente a sua concepção conceitual.

Fica evidente o quão importante é a formação do professor, para que, inicialmente, compreenda o que é Educação Financeira e, posteriormente, consiga realizar práticas que contribuam para a constituição de indivíduos responsáveis e conscientes. Isso se concretizará a partir de práticas significativas e consistentes que desenvolvam a Educação Financeira.

Tratando das descobertas, em uma perspectiva conclusiva, observa-se que, teoricamente, os professores entrevistados acreditam que a Educação Financeira é relevante e possibilita desenvolver uma gama de assuntos. Destacam também que a Educação Financeira trará benefícios aos estudantes, auxiliando-os nas decisões que impactarão seu futuro.

Acredita-se que a Educação Financeira deve ser vista e desenvolvida, na Educação Básica como um processo contínuo, tendo um “fio condutor” a ser seguido. Levando em consideração que a Educação Básica abrange estudantes desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, devem-se ponderar as particularidades e as especificidades de cada fase do desenvolvimento humano.

A acadêmica-pesquisadora concorda com alguns autores que defendem a ideia de “encarar” a Educação Financeira como algo simples, mas não se deve esquecer que ela precisa ser um processo gradativo em que conhecimentos básicos antecederão conceitos a serem desenvolvidos na etapa final da Educação Básica.

Acredita-se que este trabalho afirmou a importância da Educação Financeira para a construção de competências necessárias, a fim de que os estudantes estejam preparados para a vida.

Embora se julguem relevantes as conclusões aqui apresentadas, mostrando que o trabalho, embora tenha objetivos definidos que o orientam, não pode se dar como concluso, uma vez que a cada descoberta novos caminhos se abrem e novas inquietudes surgem.

Referências

ARAÚJO, Fabio. *Sociedade da Fortuna*. São Paulo: Mais Ativos, 2013.

BACEN. Banco Central do Brasil. *O Programa de Educação Financeira do Banco Central*, 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?BCEDFIN>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

BRASIL. *Decreto Nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010*. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em: 19 jan. 2014.

_____. Lei 9.394/96. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

_____. *Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE)*, Brasília, 2005.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática*. Brasília, 1998.

_____. Portal. *Vida e Dinheiro*. ENEF. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/>> Acesso em: 12 jan. 2014.

CARVALHO, V. *Educação Matemática: Matemática e Educação para o Consumo*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP-FE, Campinas, 1999. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000199214>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

CERBASI, Gustavo; SOUZA, Maurício. *Descobrimo o valor das coisas: o guia de educação financeira para pais e professores ensinarem as crianças brincando*. São Paulo: Gente, 2012.

CONEF. *Educação financeira nas escolas: ensino médio: livro do professor*. Elaborado pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). Brasília: CONEF, 2013.

CHARLOT, Bernard. *Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

D'AQUINO, Cássia. *Como falar de Dinheiro com seu Filho*. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. *Educação Financeira: Como educar seu filho*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. (Coleção ExpoMoney).

DOMINGOS, Reinaldo. *Educação Financeira - o caminho para a realização de sonhos e sustentabilidade de sua família*. São Paulo: DSOP, 2013.

_____. *Ter dinheiro não tem segredo*. São Paulo: DSOP, 2012a.

_____. *Terapia Financeira: Realize seus sonhos com Educação Financeira*. São Paulo: DSOP, 2012b.

ENEF. *Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira*. 2010. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf> Acesso em: 15 jan. 2013.

GIESTEIRA, Marcos. *Lições de Economia*. Disponível em: <<https://www.grupoa.com.br/revista-patio/artigo/9912/licoes-de-economia.aspx>> Acesso em: 15 jan. 2013.

LOBBE NETO. *PLC - Projeto de Lei da Câmara, nº 171 de 2009*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=93105>. Acesso em: 15 jun. 2014.

MARTINS, José Pio. *Educação Financeira ao alcance de todos: adquirindo conhecimentos financeiros em linguagem simples*. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

MEIER, Marcos; GARCIA, Sandra. *Mediação da aprendizagem: Contribuições de Feuerstein e de Vygotsky*. 3. ed. Curitiba: Venezuela, 2007.

MODERNELL, Álvaro. *Mitos sobre Educação Financeira Infantil*. Disponível em: <<http://www.rztcomunicacao.com.br/releases/12/mais-ativos/80/artigo-de-alvaro-modernell-mitos-sobre-educacao-financeira-infantil.html>>. Acesso em: 10 maio 2014.

NÓVOA, António (Coord.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote Instituto de Inovação Educacional, 1992.

OLIVEIRA, Heloisa Helena de. *Educai as crianças e não será preciso punir os homens*. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/opinio/colunistas/%E2%80%9Ceducai-as-criancas-e-nao-sera-preciso-punir-os-homens%E2%80%9D/>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

SÁ, Ilydio Pereira de. *A educação matemática crítica e a matemática financeira na formação de professores*. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Bandeirante de São Paulo. São Paulo, 2012.

STUART, Suzanna. *Ensine seu filho a cuidar do dinheiro: um guia para desenvolver a inteligência financeira desde a pré-escola*. São Paulo: Gente, 2009.